



## PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

### Ata da 100ª reunião, realizada em 24 de maio de 2016

1 Em 24 de maio de 2016, reuniu-se extraordinariamente o Plenário do Conselho  
2 Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio  
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte, Minas  
4 Gerais. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o  
5 presidente Jairo José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e  
6 Desenvolvimento Sustentável, e os suplentes Germano Luis Gomes Vieira,  
7 secretário adjunto, e Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral do  
8 Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Representantes do poder público  
9 estadual: Leonardo Carvalho Ladeira, da Secretaria de Estado de Planejamento e  
10 Gestão (Seplag); José Ricardo Ramos Roseno, da Secretaria de Estado de  
11 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Elbert Figueira Araújo Santos, da  
12 Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento  
13 Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae); Marina Imaculada Ferreira Caldeira,  
14 da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de  
15 Estado de Turismo (Setur); Inês Tourino Teixeira e Tiago Vieira Lima, da Secretaria  
16 de Estado de Educação (SEE); Sônia Maria Costa Greco, da Secretaria de Estado  
17 de Desenvolvimento Econômico (Sede); Bérqson Cardoso Guimarães, do  
18 Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Representantes do poder  
19 público municipal: Daniele Vieira Silva, da Prefeitura Municipal de Contagem; Vítor  
20 de Andrade Coelho, da Prefeitura Municipal de Betim (representantes dos  
21 municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco); José Rodrigues de  
22 Figueiredo, da Prefeitura Municipal de Almenara (representante dos municípios da  
23 Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitinhonha e Pardo); Julia Gabriela Macedo, da  
24 Prefeitura Municipal de Ipatinga (representantes dos municípios da Bacia  
25 Hidrográfica do Rio Doce); Diomar Fagundes Alves, da Prefeitura Municipal de  
26 Lima Duarte (representante dos municípios que integram a Bacia Hidrográfica do  
27 Rio Paraíba do Sul); Alan Eduardo de Souza Bueno, da Prefeitura Municipal de  
28 Itapeva (representante dos municípios que integram a Bacia Hidrográfica dos Rios  
29 Grande, Piracicaba e Jaguari). Representantes dos usuários de recursos hídricos:  
30 Ana Maria Laque Marinho, da Companhia de Saneamento Municipal de Juiz de  
31 Fora (Cesama); Jean de Carvalho Breves, da Companhia Energética de Minas  
32 Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de  
33 Minas Gerais (Copasa); Carlos Alberto Santos Oliveira e Guilherme da Silva  
34 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais  
35 (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação das Indústrias do Estado de  
36 Minas Gerais (Fiemg); Irary Maria de Lourdes Braga e João Carlos de Melo, do  
37 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho,

38 da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva  
 39 Oliveira, do Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (Siamig);  
 40 Leonardo Romano, da Associação Mineira dos Criadores de Tilápia; Francisco de  
 41 Assis Lafetá Couto, do Instituto Aço Brasil (IABr). Representantes de associações  
 42 legalmente constituídas no Estado para proteção, conservação e melhoria do meio  
 43 ambiente: Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para Gestão Socioambiental  
 44 do Triângulo Mineiro (Angá); Carlos Eduardo Silva, da Associação de Proteção  
 45 Ambiental de Unaí; Gustavo Tostes Gazzinelli, do Fórum Nacional da Sociedade  
 46 Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc). Representantes de  
 47 associações civis com efetiva atuação em recursos hídricos: Vítor Lages do Vale,  
 48 do Conselho Estadual de Engenharia e Agronomia (Crea); Admilson Martins Diniz,  
 49 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Carlos Alberto de Freitas, da  
 50 Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas). Representantes de  
 51 universidades, instituições de ensino ou centros de pesquisa sediados no Estado  
 52 e com atuação nas áreas de ensino e pesquisa em recursos hídricos ou educação  
 53 ambiental: Wilson Akira Shimizu, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU);  
 54 Flávio Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade  
 55 Federal de Minas Gerais (ICA/UFMG); Leonardo Campos de Assis, da  
 56 Universidade de Uberaba (Uniube). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO**  
 57 **HINO NACIONAL**. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA**. A  
 58 presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho declarou aberta a 100ª  
 59 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e justificou a  
 60 ausência do presidente Jairo José Isaac, neste início da sessão, em função de  
 61 convocação pela Secretaria de Governo. **3) COMUNICADOS DOS**  
 62 **CONSELHEIROS**. Maria Auxiliadora, servidora do Sisema: “Eu estou aqui em  
 63 nome dos servidores da Cidade Administrativa e da Supram Central. Nós estamos  
 64 em greve desde a sexta-feira passada, a partir das 14h. Os senhores receberam  
 65 um manifesto que contém um resumo dos nossos pleitos junto ao governo. Não  
 66 vou lê-los todos, mas vou resumi-los. Nós estamos em busca de um plano de  
 67 carreira que está parado na Seplag desde agosto do ano passado. Esse plano de  
 68 carreira foi fruto de um trabalho elaborado pela Secretaria, que contém todas as  
 69 reivindicações para valorização da carreira. Plano de carreira esse que foi  
 70 encaminhado para a Secretaria de Planejamento, para que ela se manifestasse,  
 71 para que estudasse, e, infelizmente, até maio deste ano, apesar dos inúmeros  
 72 envios que fizemos de solicitações, não tivemos nenhum retorno. Durante a  
 73 operação padrão que perdurou entre 2013, 2014 e 2015, nós obtivemos a  
 74 incorporação de 50% da nossa gratificação, com a promessa do governo que o  
 75 restante dos 50% seriam incorporados até o final de 2016 ou até o final do governo,  
 76 quando houvesse recurso. Infelizmente, também não tivemos nenhuma sinalização  
 77 positiva por parte do governo em relação à incorporação do restante da nossa  
 78 gratificação, a Gedama. E ainda eu levo ao conhecimento dos senhores que,  
 79 inclusive, já fizemos moção à Secretaria de Planejamento e à Secretaria da  
 80 Fazenda para que o recurso do Sisema fosse destinado ao Sisema. Hoje, o Sisema

81 se sustenta. Toda a arrecadação do licenciamento – com multas ambientais, com  
82 a compensação para o custeio, com a taxa minerária – pagam a nossa folha de  
83 pagamento. Nós não utilizamos recurso do governo, o Tesouro não nos sustenta.  
84 Então nós temos fonte para custear os salários e para estruturar a carreira do Meio  
85 Ambiente. Cientes então de toda a complexidade política e econômica do  
86 momento, consideramos urgente a necessidade de valorização e reconhecimento  
87 dos servidores do Meio Ambiente, que exercem atividades especializadas, com  
88 alto grau de complexidade e relevância, integrantes de uma carreira típica do  
89 Estado, com poder de polícia administrativa, com forte impacto na arrecadação do  
90 Estado, que contribuem, efetivamente, para o desenvolvimento econômico  
91 sustentável e para a proteção e a preservação ambiental. A importância do servidor  
92 da área do Meio Ambiente já foi evidenciada, e não foram poucas as situações que  
93 nos colocaram à prova. Não existe meio ambiente com qualidade e  
94 desenvolvimento sem a nossa atuação, profissionais especializados e  
95 comprometidos com o cumprimento das leis e da política ambiental de nosso  
96 Estado. É assim, senhores, que nós requisitamos o apoio deste renomado  
97 Conselho, seja através de uma moção ao governador do Estado ou aos secretários  
98 de Planejamento e da Fazenda, para que o nosso plano de carreira, para que as  
99 promoções e progressões saiam do papel e se tornem efetividade. Não é nosso  
100 interesse continuar em greve, mas não encontramos nenhuma outra alternativa  
101 para negociar com o governo senão a saída drástica para a greve. Muito obrigada.”

102 Rogério Nunes: “Eu estou aqui em nome do prefeito municipal de Unaí, Delvito  
103 Alves, para dizer que Unaí ficou ausente durante algumas reuniões, em função de  
104 uma questão administrativa, em que o conselheiro que estava como titular foi  
105 transferido para uma função no governo federal, e houve uma falta de comunicação  
106 para mudar o conselheiro titular. Em função disso, nós estamos aqui colocando  
107 que o prefeito acha que é extremamente importante participar deste Conselho, que  
108 nós pedimos desculpas a este Conselho por esse deslize da Prefeitura Municipal  
109 de Unaí, e que os demais conselheiros, suplentes, não vieram em função da crise  
110 econômica momentânea que nós passamos. Estamos aqui pedindo desculpas e  
111 dizendo que na próxima reunião já estaremos com a documentação encaminhada  
112 à Procuradoria. Gostaríamos que já na próxima reunião estivéssemos participando  
113 com a maior importância que este Conselho merece, e Unaí entende dessa forma,  
114 de que nós não podemos ficar fora de um Conselho tão importante para o Estado  
115 de Minas Gerais e para o Brasil.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Nós até  
116 falamos, na última reunião da CTIG, de tirarmos aqui uma moção de apoio às  
117 reivindicações do movimento dos funcionários. Então nós podíamos preparar  
118 algum texto.” Conselheiro Wilson Akira Shimizu: “Eu queria fazer coro à fala do  
119 companheiro Gustavo. Eu acho que nós precisamos encaminhar uma moção,  
120 porque eu acho que o maior patrimônio que a máquina do Estado tem são os seus  
121 servidores, e se não há uma valorização dos servidores não há como exigir também  
122 uma qualidade na prestação do serviço público. Eu acho que isso é um princípio  
123 basal, que tem que ser resolvido. Eu acho justo, apoio o movimento dos servidores

124 e peço o apoio do Conselho no sentido de encaminhar uma moção para o  
125 governador. E sugiro que a moção seja encaminhada ao governador, com cópia  
126 ao secretário de Planejamento.” Conselheiro Vítor de Andrade Coelho: “Eu gostaria  
127 de saber se a mesa diretora tem algum registro a fazer diante do manifesto, porque  
128 o pessoal está reclamando, inclusive, de condições de trabalho. Nós sabemos que  
129 tem uma força-tarefa para resolver alguns milhares de processos, que dependem  
130 dessa turma.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “A respeito da  
131 questão da força-tarefa, como todos os conselheiros sabem, foi sancionada a lei  
132 que remodela o Sistema Estadual de Meio Ambiente, em janeiro deste ano, e nós  
133 estamos em processo de detalhar os respectivos decretos. Evidentemente,  
134 associada a essas atribuições, tem a questão de cargos, de pessoal, de estrutura,  
135 porque não tem como, inclusive, remodelar alguns órgãos, como o IGAM – o órgão  
136 que eu dirijo –, se não tiver estrutura para operacionalizar aquilo que vem com a  
137 nova lei. Os funcionários, os servidores, os seus tópicos de greve, nós temos  
138 tentado dar o encaminhamento. Nós fizemos reuniões na Seplag, na quinta e na  
139 sexta-feira, e vamos continuar nesse processo de renegociação com os  
140 funcionários. Ontem, eu repassei todas essas questões do ponto em que nós  
141 chegamos para o secretário que entrou, e nós esperamos, certamente, ter um  
142 diálogo. Nós abrimos esse diálogo, fizemos uma proposta, que não foi aceita, que  
143 seria fazer um grupo de trabalho no sentido de concluir o que já havia sido feito no  
144 plano de carreira. Porque o plano de carreira que foi enviado, em outubro, para a  
145 Seplag, ainda precisa de alguma finalização da estruturação pela própria Seplag.  
146 Os funcionários queriam, talvez, uma sinalização mais concreta desse  
147 encaminhamento para a Assembleia Legislativa, só que hoje nós vivemos num  
148 momento de limite de responsabilidade fiscal, que trava um pouco essa agenda da  
149 própria liberação da Gedama, do próprio encaminhamento do plano de carreira,  
150 neste momento. Mas eu entendi que os funcionários gostariam de uma sinalização  
151 mais concreta sobre esses encaminhamentos. Nós estamos trabalhando nessa  
152 linha. O secretário tomou posse ontem, nós conversamos bastante sobre isso, e  
153 vamos proceder esses encaminhamentos necessários para tentar que os  
154 funcionários retornem às suas atividades, com uma proposta que seja factível para  
155 ambos os lados. Moção aprovada pelo Plenário do CERH. O Plenário do CERH  
156 aprovou por unanimidade moção nos seguintes termos: “O Conselho Estadual de  
157 Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG), criado pelo Decreto 46.501, no  
158 uso das suas competências, que lhe são conferidas pela Lei 13.199, e pelo  
159 disposto em seu Regimento Interno, aprovado pela Deliberação Normativa nº 44,  
160 de 6 de janeiro de 2014; considerando as constatações da força-tarefa criada por  
161 meio do Decreto 46.733, de 30 de março de 2015, acerca da necessidade de  
162 reestruturar o Sisema; considerando a necessidade de fornecer instrumentos  
163 adequados à estrutura física e de pessoas do Sisema; considerando a necessidade  
164 de valorizar os servidores do Meio Ambiente, que exercem carreira típica de  
165 Estado, com forte impacto para o desenvolvimento econômico e sustentável de  
166 Minas Gerais; considerando a necessidade de aumentar os investimentos e a

167 destinação orçamentária geral do Estado de Minas Gerais ao Sisema, para o qual  
168 é destinado atualmente menos de 0,5% do orçamento do Estado; considerando  
169 que os servidores da carreira do Meio Ambiente encontram-se em greve desde 20  
170 de maio de 2016, resolve: Artigo 1º Aprovar a moção dirigida: 1) Ao governador do  
171 Estado de Minas Gerais, para que encaminhe, em regime de urgência, Projeto de  
172 Lei versando sobre o Plano de Carreira dos Servidores do Meio Ambiente, já  
173 encaminhado à Seplag, para aprovação junto à Assembleia Legislativa de Minas  
174 Gerais. Artigo 2º Solicitar ao governador de Minas Gerais que agilize o  
175 reconhecimento e a valorização dos servidores estaduais de Meio Ambiente,  
176 atendendo, inicialmente, as propostas e reivindicações dos servidores estaduais  
177 de Meio Ambiente, destacadamente: a) redução de 8 (oito) para 5 (cinco) anos no  
178 tempo da primeira promoção da carreira dos servidores do Sisema; b)  
179 reconhecimento da titularidade adicional quando do ingresso na carreira; c)  
180 correção da fórmula de cálculo da Gedama (Gratificação de Escolaridade,  
181 Desempenho e Produtividade Individual e Institucional), conforme reivindicação  
182 dos servidores; d) compatibilização do Plano de Carreira e Vencimentos com a  
183 relevância estratégica do Sisema para o desenvolvimento sustentável de Minas  
184 Gerais; e) qualificação e modernização da infraestrutura do Sisema para reduzir a  
185 burocracia, agilizar e aprimorar os objetivos de proteger e promover o meio  
186 ambiente e os recursos hídricos de Minas Gerais. Artigo 3º A moção será dirigida  
187 em cópia aos secretários de Estado de Planejamento e Gestão e da Fazenda.  
188 Assinam: Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, diretora-geral do IGAM e  
189 presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em exercício.”  
190 **Comunicados - Segunda parte da reunião.** Presidente Jairo José Isaac: “Boa  
191 tarde, é um prazer estar aqui com vocês. É a minha primeira aparição pública, e  
192 somente a partir de ontem que eu estou secretário. Não tive nem a oportunidade  
193 de conhecê-los, a oportunidade surgiu agora. Os meus primeiros passos foram  
194 conhecer o pessoal com quem vou trabalhar. Eu espero, neste momento de  
195 dificuldade para todos, principalmente na nossa Secretaria, diante de problemas  
196 surgidos de várias formas, trabalhar junto com a equipe. Eu estou do lado deles, e,  
197 pela qualificação do pessoal, tenho certeza de que terei condições de fazer alguma  
198 coisa no sentido de melhorar e dar mais celeridade aos processos, e procurar  
199 atender o meio empresarial, que anda preocupado com as coisas pertinentes à  
200 nossa Secretaria. Então eu conto com a cooperação de vocês, a ajuda, a  
201 compreensão. Todo secretário ou qualquer outro cidadão que faz parte de governo,  
202 seja estadual, municipal ou federal, sempre precisa merecer um crédito de  
203 confiança daqueles que estão ao lado, daqueles que convivem, que têm  
204 relacionamento, e que são pessoas até cobradoras de ações e providências. A  
205 minha área de atuação sempre foi o sistema financeiro, eu dediquei 30 anos da  
206 minha vida ao sistema financeiro. Eu volto, a essa altura, para um setor bem  
207 diferente da minha qualificação empresarial. Mas, considerando tudo que eu já falei  
208 anteriormente, considerando a instituição, o corpo funcional da instituição, eu tive  
209 a oportunidade de conhecer, em algumas tratativas que fiz junto à Seplag, e nas

210 ocasiões dessas tratativas eu tive a oportunidade de conhecer alguns dos  
211 funcionários. Quando eu fui convidado pelo governador para assumir, ele me  
212 perguntou: 'Você vai assumir?' Apesar de me conhecer já de algum tempo. Eu falei:  
213 'Governador, eu estou assentado aqui, vim conversar eu não tenho como falar  
214 'não'. Eu vou assumir.' Eu tenho certeza de que o meu trabalho na instituição vai  
215 ser facilitado pela categoria e qualificação do pessoal que está assentado naquela  
216 Casa. É o que eu espero. Eu queria ter mais tempo para conversar com vocês. Eu  
217 estou aqui com alguns companheiros do segmento que estão em estado de greve  
218 e querem conversar comigo. Ontem, eu não tive oportunidade, nem hoje de manhã,  
219 de conversar com eles. Eles vieram até aqui e queriam ter uma palavra do  
220 secretário sobre desdobramentos de reuniões anteriores com o meu colega da  
221 Seplag. Eu queria conhecê-los, cumprimentá-los, desejar uma boa tarde de  
222 trabalho. E se vocês permitirem que eu me ausente, eu sairei. Se não, eu ficarei  
223 presente com vocês até a hora em que terminar o nosso expediente, os nossos  
224 trabalhos. Eu agradeço pela atenção e gostaria que vocês, nesta primeira  
225 oportunidade, me dessem esse crédito e acreditassem que, juntos, nós vamos  
226 fazer. O que nós precisamos, realmente, é de apoio. O que se precisa, realmente,  
227 em toda essa situação, é de participação, as pessoas acreditarem que podem  
228 fazer, que irão fazer e que têm vontade de fazer. E para se fazer tem que ter  
229 vontade. E isso nunca me faltou, e acredito que não falte a ninguém, embora o  
230 ambiente, hoje, em nível nacional, não seja favorável nem muito otimista. Mas  
231 ninguém pode nos desanimar pelas coisas que estão acontecendo, elas voltarão  
232 ao lugar no tempo certo, no momento certo, e nós temos que dar a nossa  
233 contribuição. Nós temos que ser perseverantes e muito pacientes para conviver  
234 com problemas, com divergências, e a única forma de chegar a um denominador  
235 comum é participar e ter, realmente, a humildade de ter reações, contraditórios, e  
236 não desanimar com as dificuldades que se nos apresentam. Essa é a minha  
237 primeira colocação. E eu peço, evidentemente, a atenção de vocês para essa  
238 solicitação, que é de ter um pouco de paciência conosco e acreditar que nós viemos  
239 para tentar fazer alguma coisa positiva. Eu não vou medir esforços com a procura  
240 de conquistar esses objetivos. É isso que eu queria dizer, muito obrigado pela  
241 presença e me perdoem por não estar aqui anteriormente. Eu solicitei à minha  
242 companheira de trabalho, que foi secretária interina e continua ainda: a SEMAD  
243 hoje tem dois secretários, o Jairo e a Maria de Fátima. É uma pessoa que eu  
244 conheci na instituição, gosto imensamente dela e de sua capacidade e qualificação  
245 profissional. Portanto, ela é tão secretária quanto eu, não tem diferença, o que ela  
246 falar está falado, o secretário vai assinar. E ao meu lado o companheiro (Germano  
247 Luis Gomes Vieira), que é adjunto, que foi escolhido ontem e que daqui para frente  
248 vai batalhar comigo nessa longa caminhada dentro da Secretaria de Estado de  
249 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Muito obrigado. Se eu puder, de  
250 alguma forma, responder alguma pergunta que possa ser feita, estarei à disposição  
251 de todos." O conselheiro Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho desejou  
252 sucesso ao secretário da SEMAD e presidente do CERH destacando a importância

253 da Secretaria, e citou os passivos de licenciamentos e a situação dos servidores  
254 estaduais como dois problemas que precisam ser resolvidos pela nova gestão.  
255 “São Coisas que precisam ser resolvidas para o Estado retomar a confiança e se  
256 desenvolver.” O conselheiro destacou ainda o processo de transição da legislação  
257 do Sisema, o que causa “a paralisação das Suprams, que ficam aguardando  
258 decisões”. O conselheiro se colocou à disposição para contribuir nesse processo  
259 como membro do CERH e representante da Abragel. O presidente Jairo José Isaac  
260 reiterou que fará todos os esforços para resolver a situação dos servidores,  
261 pontuando a necessidade de viabilização do plano de carreira e das demais  
262 reivindicações, e considerou que é sua função “conciliar os interesses e mudar, no  
263 sentido de aperfeiçoar o sistema”. Reforçou seu compromisso de acompanhar,  
264 identificar os gargalos e corrigir os problemas, e voltou a se colocar à disposição  
265 para conversar com todos e para ser cobrado quanto às soluções. O conselheiro  
266 Bérgson Cardoso Guimarães desejou que o secretário possa obter êxito “neste  
267 momento ambiental difícil em todo o país”, e registrou as seguintes considerações.  
268 “Existe uma concepção muito forte no país no sentido de que a regularização  
269 estivesse atravancando o desenvolvimento do país e das empresas. É uma  
270 concepção equivocada. Não há desenvolvimento sem a valorização do Sisema,  
271 com corpo técnico e servidores valorizados e se sentindo empenhados na sua  
272 atuação.” O conselheiro reiterou ainda a necessidade de valorização dos  
273 servidores e citou experiências de outros países quanto ao papel da regulação  
274 ambiental. O representante do Ministério Público também se colocou à disposição  
275 para contribuir com os trabalhos. O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro deu  
276 boas-vindas ao secretário, se colocou à disposição para colaborar, tanto no CERH  
277 quanto no Comitê de Bacia, e fez um contraponto em relação à mudança no  
278 comando da SEMAD. “É com um misto de tristeza e de alegria que recebi a notícia  
279 de mudança do secretário, porque em três anos o senhor é o quarto secretário, e  
280 nós precisamos, no meio ambiente, de ações efetivas em políticas de Estado e não  
281 políticas de governo. Porque o meio ambiente é permanente, e nós temos que  
282 trabalhar mais a longo prazo. Por outro lado, temos uma alegria, principalmente  
283 depois de ouvir as primeiras falas do senhor, de que se trata de um guerreiro que  
284 está vindo para lutar, que declara não ser político, que tem uma visão de longo  
285 prazo. Porque, além de termos um razoável Plano de Recursos Hídricos no Estado,  
286 nós temos também uma excelente equipe técnica dentro do IGAM e que precisa  
287 ser valorizada. E nela se precisa investir mais na qualificação e quantitativamente  
288 também, e principalmente nas Suprams.” Conselheira Inês Tourinho Teixeira: “Eu  
289 gostaria de dar boas-vindas e de cumprimentá-lo. O senhor está assumindo agora  
290 a SEMAD, não é fácil, mas é uma Secretaria muito boa tecnicamente e com equipe  
291 muito competente. Como servidora pública do Estado, eu sou servidora de carreira  
292 na Educação, e a Secretaria tem assento tanto no Conselho Estadual quanto no  
293 COPAM. Então já vimos trabalhando com a SEMAD e os órgãos de Meio Ambiente  
294 há algum tempo. Eu quero afirmar que contamos com esta nova mudança no  
295 Sisema, inclusive com a nova legislação. O secretário anterior havia prometido aqui

no Conselho que iria recriar a área de educação ambiental. Como o senhor mesmo disse, que é a secretaria mais importante no Estado. Eu discordo, em parte, porque acho que a Educação é mais importante. Eu defendo a minha secretaria, mas a SEMAD também. Então nós contamos com o apoio do senhor e da equipe da Fátima e do Germano – que é especialista, além de advogado, na área de educação ambiental –, para que a SEMAD, a partir de agora, com a nova reestruturação, que o Germano apresentou muito bem aqui na última reunião do Conselho de Política Ambiental, e que possamos recriar o Núcleo de Educação Ambiental, a assessoria direta ao Gabinete de Educação Ambiental. Tem equipe, tem corpo técnico na SEMAD, mas é muito importante, porque nós da Educação contamos muito com a equipe do Meio Ambiente. Desejo muito sucesso pela frente, e vai ser muito árduo para conseguir.” Presidente Jairo José Isaac: “Eu já vim para esta reunião com pessoas que vocês conhecem muito bem, mas também trouxe pessoas que estão mais familiarizadas a determinados segmentos e que têm alguma ligação comigo. Vieram comigo, e eu tenho certeza de que este é o começo. Temos certeza de que temos gente altamente qualificada para corrigir rumos, sugerir e me ajudar a fazer coisas corretas e na hora certa. Dificuldades, toda secretaria tem. Quando eu falei que a Secretaria é a mais importante, a importância está na posição estratégica da Secretaria dentro do contexto. A Secretaria consegue se desenvolver, e o Estado hoje está envolvido com os problemas do meio ambiente. Então eu tenho a visão de que a Secretaria, no contexto de hoje, tem o papel dos mais importantes do Estado.” O conselheiro Elbert Figueira Araújo Santos deu boas-vindas ao novo secretário desejando “muito sucesso nesta nova caminhada”, e também se colocou à disposição para contribuir na Arsae. “O saneamento e o meio ambiente andam muito em conjunto, e esperamos conseguir desenvolver em conjunto um bom trabalho.” Em seguida, o presidente Jairo José Isaac informou que deixaria a reunião para se reunir com a Seplag, para tratar sobre as demandas dos servidores do Sisema, e reiterou que não irá medir esforços para resolver os problemas. Antes de deixar a sessão, o presidente fez o seguinte pronunciamento, em especial, aos servidores do Sisema: “Eu gostaria que as coisas fluíssem e voltassem ao normal. Saber quais são as dificuldades, o que está sendo reivindicado e não foi atendido e o que foi colocado de novo na pauta. Agora, dado que eu tenha alguma ligação com este governo e com essas pessoas que estão comandando, eu vou usar essa ligação e o meu corpo técnico para fazer algumas sugestões. Vamos ver se essas sugestões atendem a vocês que não estão satisfeitos. Eu vou sentar com a equipe técnica para ver como resolver o problema e tentar fazer com que alguma coisa possa acontecer, diferentemente daquilo que foi tratado, discutido e fechado na Seplag. Esse é o meu compromisso, a minha palavra. E vamos trabalhar para que as coisas possam acontecer. Se conseguirmos êxito, eu gostaria de vê-los todos trabalhando juntos para fazermos alguma coisa e termos alguma coisa para mostrar no final do nosso mandato. Muito obrigado pela atenção, peço desculpa por alguma falha, por alguma omissão, por alguma coisa que eu não tenha respondido a contento. Mas



339 só quero deixar a mensagem: não tenham dificuldade de falar comigo, se tiverem  
 340 problemas nas suas áreas, estamos de portas abertas na Secretaria para poder  
 341 atendê-los.” **4) EXAME DA ATA DA 99ª REUNIÃO DO CERH.** Aprovada por  
 342 unanimidade a ata da 99ª reunião do Plenário do CERH, realizada em 21 de março  
 343 de 2016. **5) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-MG QUE**  
 344 **ESTABELECE AS DIRETRIZES GERAIS, OS PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS**  
 345 **PARA SUBSIDIAR A ELABORAÇÃO DOS REGIMENTOS INTERNOS DOS**  
 346 **COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, PARA EXAME E DELIBERAÇÃO.**  
 347 **Apresentação: Antônio Thomaz Gonzaga da Matta Machado. Presidente da**  
 348 **Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL/CERH-MG)-MG.** Após exposição  
 349 pelo IGAM e discussão pelos conselheiros nesta sessão, o Plenário do CERH  
 350 aprovou por unanimidade a minuta de deliberação normativa que estabelece as  
 351 diretrizes gerais, os princípios e fundamentos para subsidiar a elaboração dos  
 352 Regimentos Internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas no Estado de Minas  
 353 Gerais, com os seguintes destaques: – Aprovada por maioria inclusão de parágrafo  
 354 no Artigo 6º, com a seguinte redação: “Os comitês poderão, com fundamento na  
 355 realidade da bacia hidrográfica, adequar a paridade prevista no §4º, sem prejuízo  
 356 da participação dos setores mencionados.” Foram registrados 16 votos favoráveis  
 357 ao novo artigo e 11 votos contrários; – Aprovada por unanimidade inclusão de  
 358 parágrafo no Artigo 21, com a seguinte redação: “Os Comitês poderão permitir a  
 359 participação dos conselheiros por meio de videoconferência.” Foram registrados  
 360 26 votos favoráveis e duas abstenções. Conforme solicitação do conselheiro  
 361 Gustavo Tostes Gazzinelli, segue transcrição de esclarecimentos prestados pelo  
 362 IGAM acerca do §4º do Artigo 6º. Breno Esteves Lasmar, do IGAM: “A redação  
 363 que estava na proposta anterior era contrária à deliberação do Conselho Nacional  
 364 de Recursos Hídricos, e, por essa razão, houve a recomendação da Procuradoria  
 365 Jurídica para que se adequasse.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu  
 366 gostaria de, em primeiro lugar, entender o que você chama de ‘outros usos não  
 367 consuntivos’. A segunda questão que eu queria argumentar aqui é que você  
 368 estabelece, com essa norma, uma camisa de força, porque, muitas vezes, algum  
 369 desses setores não pode sequer ter representação naquela UPGRH ou atuação  
 370 naquela UPGRH, e mesmo assim, da forma como ficou a redação, vai dar garantia  
 371 de que o setor se faça representar, o que é um absurdo. Suponhamos que não  
 372 haja, numa determinada UPGRH, nenhuma atividade hidroviária. No entanto, está  
 373 garantindo que eles tenham assento.” Breno Esteves Lasmar, do IGAM: “Mas lá  
 374 parágrafo fala: ‘Na ausência de interessados, quando não for possível a  
 375 proporcionalidade...’” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Mas a questão não  
 376 é ‘não havendo interessados’, a questão é a característica da bacia. Então se a  
 377 bacia não tem, aparece um interessado, e ele tem a vaga?” Breno Esteves Lasmar,  
 378 do IGAM: “De acordo com a norma do Conselho Nacional de Recursos Hídricos,  
 379 todos aqueles setores usuários podem participar de Comitê de Bacia Hidrográfica.”  
 380 Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Pode, desde que eles estejam lá, desde  
 381 que tenham atividade lá. E se não tiverem?” Breno Esteves Lasmar, do IGAM: “Aí

os outros setores poderão prover.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “A bacia tem que ter representatividade de quem é da bacia. Um exemplo: não tem atividade hidrelétrica na bacia. Por que o setor hidrelétrico tem que ter assento no Comitê? Ele pode falar ‘eu estou interessado em participar’.” Breno Esteves Lasmar, do IGAM: “Mas aí não demonstra a atuação na bacia, que é critério de habilitação. O critério de habilitação para o processo eleitoral exige que aqueles interessados demonstrem a sua atuação na bacia.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Isso para qualquer segmento?” Breno Esteves Lasmar, do IGAM: “Qualquer segmento.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Se determinado setor que não está na bacia deu entrada em um processo de licenciamento pedindo para instalar, e ainda não teve a licença...” Breno Esteves Lasmar, do IGAM: “Não tem outorga, não é outorgado. Um dos documentos necessários no processo de habilitação é a outorga. Então se ele não tem a outorga, seja preventiva, DRDH, qualquer modalidade instituída por este Conselho, nós não temos condições de habilitá-lo.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Agora, eu quero ter clareza sobre o que você considera ‘uso não consuntivo’. Eu vou dar um exemplo, que foi uma preocupação grande nossa, na época da discussão. Agricultura familiar é considerada uso não consuntivo?” Breno Esteves Lasmar, do IGAM: “A captação de água superficial é consuntiva, porque subtrai uma quantidade de água que vai ser utilizada em algumas finalidades. Esse é um uso consuntivo. O uso não consuntivo caracterizado é aquele que faz o uso da água, porém não indisponibiliza, não subtrai porção daquela água. Um exemplo de uso não consuntivo que é muito utilizado é o da geração de energia. Só que ali, naquele caso específico, já tem uma vaga assegurada.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Está esclarecido.” Breno Esteves Lasmar, do IGAM: “A pesca, por exemplo, é outro uso que não é consuntivo, a navegação, o turismo. Por isso que aquele item é mais amplo, exatamente porque abarca itens...” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Então você está dando exemplo de que hidroeletricidade e hidrovária são usos não consuntivos, que poderiam estar no item VI.” Breno Esteves Lasmar, do IGAM: “Talvez, sim. É porque a regra do Conselho Nacional trouxe essa distinção.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “É a distinção que separa os grandes dos pequenos. A verdade é essa. É o que nós estamos reproduzindo aqui.” Presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Como o nosso procurador comentou aqui, foi em simetria com a norma do Conselho Nacional.” Conselheiro Gustavo Tostes Gazzinelli: “Eu não concordo com essa simetria, eu acho que nós poderíamos ser um pouco mais precisos. Eu acho que essa simetria é injusta, não é correta. Então eu não concordo com essa simetria, e o Fonasc também não concorda.”

**6) MINUTA DE DELIBERAÇÃO CERH-MG QUE DISPÕE SOBRE A REDEFINIÇÃO DAS METAS PACTUADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA GESTÃO DAS ÁGUAS (PRÓ-GESTÃO). Apresentação: IGAM.** Após exposição pelo IGAM nesta sessão, o Plenário do CERH aprovou por unanimidade a minuta de deliberação normativa em epígrafe, que altera o planejamento e aprova novo

quadro de detalhamento das metas para o Pacto Nacional pela Gestão das Águas, nos termos apresentados. Ainda neste item de pauta, os conselheiros Flávio Pimenta de Figueiredo e Antônio Giacomini Ribeiro comentaram a necessidade de atenção em relação à outorga coletiva e sugeriram que o IGAM faça apresentação ao Plenário do CERH sobre a situação de implementação desse instrumento no Estado, explicitando como está funcionando na prática. A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho acatou a sugestão dos conselheiros e informou que a apresentação será programada para a próxima reunião. Os conselheiros Flávio Pimenta de Figueiredo e Antônio Giacomini Ribeiro sugeriram ainda que, futuramente, sejam criadas condições pelo órgão gestor das águas no Estado para que os usuários possam realizar outorgas coletivas. **7) ASSUNTOS GERAIS.** O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro comunicou que está em pleno andamento a construção do Observatório da Governança das Águas, liderado tecnicamente pelo WWF, e registrou os seguintes comentários. “Houve esforço muito grande do IGAM na gestão da Fátima para que viessem os técnicos da WWF a Minas Gerais para participar de alguns eventos, notadamente no Fórum Mineiro de Comitês. Esse processo continuou e está sendo finalizado. Vai ter uma oficina, em São Paulo, nos dias 14 e 15. Alguns Comitês e o Fórum Mineiro estão participando, e eu lamento o fato de o IGAM não estar participando como entidade ativa lá, porque a proposta do Observatório das Águas é muito interessante e busca, antes de mais nada, dar transparência a todas as ações relacionadas com a governança das águas no Brasil.” O conselheiro fez apelo para que o IGAM repense a importância de uma participação mais ativa no Observatório das Águas. A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho esclareceu que o WWF participa de um grupo de trabalho do CERH para discutir sobre indicadores, e que foi necessário recompor o grupo em função da falta de participação de alguns membros representantes do Plenário. Considerou também pertinente que o envolvimento do IGAM no Observatório das Águas possa ser objeto de discussão pelo Plenário do CERH. “Eu acho que a questão da transparência, da governança e da articulação o IGAM está fazendo plenamente, haja vista a participação em todos os fóruns. Nós precisamos é entender melhor o que significa o Observatório. Nós temos que ter mais uma instância de governança, mais do que as que nós já temos, como os Comitês, o Conselho, os entes do Sisema? Eu tenho receio, é uma discussão que temos que trazer até para o contexto deste Conselho.” O conselheiro Carlos Eduardo Silva informou ao Plenário sobre a necessidade de escolha de um novo membro do CERH para atuar como seu suplente na Comissão Estadual P2R2, em função do pedido de afastamento do conselheiro Wilson Akira Shimizu. O conselheiro Wilson Akira Shimizu esclareceu que solicitou a indicação de novo representante na Comissão Estadual P2R2, justificando que não poderia continuar por limitação de tempo e deslocamento. A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho submeteu a demanda da indicação de novo representante do CERH na Comissão Estadual P2R2 aos conselheiros presentes. Como nenhum conselheiro manifestou disponibilidade de participação, a presidente informou que a matéria deverá ser

468 trazida à pauta da próxima reunião, com a presença de maior número de  
469 representações no Plenário. O conselheiro Antônio Walter dos Santos Pinheiro  
470 Filho solicitou informações sobre o processo de regulamentação da Lei 21.972, de  
471 reestruturação do Sisema. A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho  
472 informou que está sendo finalizado o detalhamento do decreto das Casas e da  
473 SEMAD e que serão apresentadas as propostas de detalhamentos ao secretário,  
474 para encaminhamento dos decretos visando à implementação das mudanças.  
475 Destacou que foi publicado o decreto de transição e que precisam ser concluídos  
476 os decretos das Casas. Em relação às Câmaras do COPAM, de acordo com a  
477 presidente, o processo se encontra em fase de redação de edital e já foram  
478 definidos os segmentos participantes, estando a matéria em análise na  
479 Procuradoria da SEMAD. O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira  
480 cumprimentou o IGAM pelo conteúdo das exposições feitas nesta sessão do  
481 Plenário. Quanto aos decretos de reestruturação do Sisema, o conselheiro sugeriu  
482 que fossem submetidos à apreciação do CERH e do COPAM, com o intuito de se  
483 obter contribuições para o aprimoramento. O conselheiro destacou ainda a  
484 importância da definição de fator locacional para atividades de agricultura, “sob  
485 pena de se repetir equívocos históricos”. “O modelo de licenciamento a que uma  
486 mineração vai se submeter, seja pequena, média ou grande, é o mesmo modelo  
487 que se aplica à agricultura. O modelo pensado para indústria e mineração é o  
488 mesmo para atividades de agricultura”. A presidente Maria de Fátima Chagas Dias  
489 Coelho informou que irá levar ao secretário a sugestão de se submeter os decretos  
490 à apreciação do CERH e do COPAM, e ressaltou que o COPAM já deverá avaliar  
491 os termos de referência. “Há uma necessidade de que os termos de referência  
492 sejam específicos. Isso é importante, não sei se no nível de decretos ou na  
493 operacionalidade. Para se analisar qualquer empreendimento, é preciso ter o termo  
494 de referência específico. Estão no nosso foco os termos de referência  
495 resguardando as características de cada empreendimento.” O conselheiro  
496 Leonardo Romano endossou a manifestação do conselheiro Carlos Alberto Santos  
497 Oliveira quanto à importância de serem observadas nos processos de  
498 regularização as especificidades de cada tipo de empreendimento, e citou  
499 exemplos na área da aquicultura de dificuldades para se atender todas as  
500 exigências. “Por falta de clareza das exigências. Se pautam pelo que tem de mais  
501 complexo. Em geral, são atividades que degradam e trazem riscos. Tem exigências  
502 que não cabem para certos empreendimentos.” O conselheiro considerou ainda o  
503 impacto no desenvolvimento econômico pela falta de uma avaliação mais  
504 adequada de cada segmento produtivo. A conselheira Inês Tourino Teixeira  
505 recomendou que seja dada atenção especial aos termos de referências quando da  
506 adequação dos decretos. “Existe um termo de referência de educação ambiental  
507 que foi discutido, aprovado em DN COPAM. Os grandes empreendimentos,  
508 principalmente de mineração, atendem ao que exige o EIA Rima. Tentar aprimorar  
509 também para os pequenos empreendimentos.” A conselheira citou exemplos de  
510 empreendimentos que foram licenciados e que têm que cumprir medidas de

511 educação ambiental, e destacou parceria com a Secretaria de Estado de Educação  
512 para capacitação em escolas. Propôs que seja avaliada a possibilidade de se  
513 garantir o cumprimento de medidas de educação ambiental por meio de termos de  
514 referência, e ressaltou a necessidade de acompanhamento das medidas  
515 implantadas.” O conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro reforçou a manifestação do  
516 conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira e comentou sobre o modelo das  
517 outorgas em Minas Gerais. “O modelo de outorga da agricultura é padrão, se for  
518 analisado estruturalmente, se for analisado o modelo da indústria, por exemplo.  
519 Mas o regime de bombeamento para irrigação é muito variável, principalmente nos  
520 projetos privados.” O conselheiro reconheceu o avanço da outorga coletiva no  
521 Estado, mas ponderou que “a outorga sazonal seria de grande valia para a  
522 agricultura”. “Aplicando a resolução de outubro da hidrometria, a irrigação vai cair  
523 em torno de 50% a 60% no Estado de Minas Gerais. Consequentemente, vai refletir  
524 na produção, na economia, no emprego e no custo dos alimentos que dependem  
525 mais da agricultura irrigada. Então nós temos que rever a questão das outorgas  
526 para a agricultura.” A presidente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho afirmou que  
527 o IGAM está atuando no sentido de rever o Plano Estadual de Recursos Hídricos  
528 no que diz respeito aos critérios de outorga. A conselheira Irany Maria de Lourdes  
529 Braga destacou a importância do termo de referência para educação ambiental, e  
530 ponderou que o sistema obriga os empreendimentos a cumprirem as  
531 condicionantes para que possam continuar funcionando. Breno Esteves Lasmar,  
532 do IGAM, prestou esclarecimentos sobre o termo de referência para educação  
533 ambiental: “O que ocorre é que aquele trabalho que foi desenvolvido do TR de  
534 educação ambiental no licenciamento gerou aquela deliberação normativa do  
535 COPAM. Estavam sendo implementadas e empregadas para os grandes  
536 empreendimentos, classes 5 e 6, as diretrizes da educação ambiental que estavam  
537 no TR para elaboração dos planos dos empreendimentos, para a área de educação  
538 ambiental. Mas como houve a extinção da área de Educação Ambiental dentro da  
539 Secretaria de Meio Ambiente acabou que ficou prejudicada essa avaliação  
540 constante, esse monitoramento da efetividade da implementação dessa política de  
541 educação ambiental, através da DN COPAM. E agora pode-se resgatar, até para  
542 ver se estão sendo cumpridos, realmente, esses objetivos.” Conselheira Inês  
543 Tourino Teixeira: “No ano passado, vocês pediram aos conselheiros sugestões  
544 para mudanças aqui na Secretaria, e eu me lembro de que fiz algumas sugestões  
545 por e-mail e coloquei alguma observação sobre o TR de reestruturação.”  
546 Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Nós vamos resgatar  
547 as sugestões e construir essa assessoria. No detalhamento dos decretos, nós  
548 vamos ter mais oportunidade. Eu não vi a proposta de decreto da SEMAD ainda,  
549 mas conheço o do IGAM. Nós vamos avaliar todos, em conjunto.” Conselheira Inês  
550 Tourino Teixeira: “Se essa assessoria vai ser ligada ao Gabinete, eu entendi que  
551 vai abarcar as três Casas, porque senão volta àquele esquema antigo dos anos  
552 90, em que tinha uma gerência na FEAM, o IGAM tinha uma assessoria, e o IEF  
553 também tinha.” Presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho: “Eu

554 confesso que até propus que fosse criada uma assessoria de educação ambiental  
555 no IGAM, mas realmente a orientação do secretário Sávio era de que fosse uma  
556 única assessoria de educação ambiental, ligada ao Gabinete do secretário, para  
557 todo o Sisema.” **8) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem  
558 tratados, a presidente suplente Maria de Fátima Chagas Dias Coelho declarou  
559 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

560 **APROVAÇÃO DA ATA**

---

561  
562  
563  
564 **Jairo José Isaac**  
565 **Presidente do CERH**